

Editorial



Osvaldo Cabral
osvaldo.cabral@diariodosaçores.pt

A política de terra queimada

Os políticos estão a matar a política.

Os “casos e casinhos”, como desdenhou António Costa, estão a provocar uma onda de revolta no país, contribuindo para o agravar do descrédito da política e dos políticos portugueses.

É um ambiente de podridão política que se vive por estes dias.

O que se vai descobrindo, dia sim, dia não, é que o sistema político no nosso país está muito desprotegido, fruto da captura do parlamento português pelas oligarquias partidárias, que abrigam os maiores lobistas a fazerem as leis que os protegem e lhes interessam.

O sistema precisa de uma grande varridela, introduzindo novos protagonistas e novos métodos, que permita a adesão de cidadãos independentes à causa pública, sem estarem vinculados aos partidos.

Nos Açores já conhecemos esta discussão há longos anos e os partidos fazem tudo para atrasá-la ou dificultar a sua introdução numa urgente revisão do nosso sistema eleitoral.

Nenhum governo está livre da desconfiança ou suspeita dos cidadãos quando os partidos que o suportam não abdicam de prerrogativas éticas essenciais à credibilidade da política.

Quando a casa está a arder é que os políticos correm atrás do prejuízo, como se vê, também por cá, com o atrasado anúncio da reactivação do Conselho Consultivo da Administração Pública Regional, depois de, lá fora, ter surgido aquela lista maquiavélica das 36 perguntas.

A questão das nomeações familiares no Governo Regional não é novidade na governação açoriana, sendo uma prática comum a todos os governos que já conhecemos.

O problema é que esta coligação prometeu ser diferente e não está a ser.

Aliás, há nesta coligação uma tendência suicida praticamente sem cura, cujo remédio final poderá ser receitado em próximo acto eleitoral.

Integrar um governo tem estes riscos e condições de prática ética, com sacrifícios pessoais, mesmo que as famílias, por mais competentes que sejam, sejam admitidas legalmente, mas nunca se livrarão de todas as suspeitas.

É uma cultura errada? Poderá ser, mas foi a que os políticos incutiram nos cidadãos ao longo da nossa democracia, acusando os outros de enormes suspeições de favorecimento e, depois, praticarem o mesmo quando estão no poder.

Não admira a revolta e desilusão dos cidadãos, que já nem sabem em quem confiar.

Se não houver coragem para mudar o sistema e a qualidade dos protagonistas, é a própria democracia que apodrece.

O que não é bom para ninguém.

Açores com o mesmo número de beneficiários de RSI de há dez anos

Os Açores registavam em Novembro 9.614 beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI), praticamente o mesmo número de beneficiários de 2012, oito anos depois de ter sido aplicado este subsídio social.

Desde que existe RSI o número de beneficiários mais alto nos Açores foi em Março de 2010, registando 20.630 beneficiários.

Com a descentralização na Acção Social que vai haver no continente, as câmaras municipais passam a ser responsáveis pela entrada dos processos relativos ao Rendimento Social de Inserção (RSI), bem como pelo seu acompanhamento.

O Governo aprovou em Conselho de Ministros o diploma que regula a descentralização na área da Educação e da Acção Social.

Neste último caso, as câmaras municipais passam a ser responsáveis pela entrada dos processos relativos ao Ren-

No continente as câmaras municipais vão passar a ser responsáveis pela entrada dos processos do RSI



dimento Social de Inserção (RSI), fruto do entendimento com a Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Segundo a Ministra, neste período de “inflação e de guerra”, o acordo da Acção Social é “particularmente importante”, lembrando que, neste âmbito, o que passa para os municípios diz respeito ao “atendimento vulgarmente conhecido como SAS [Serviços de Acção Social]” e o RSI.

“Serão os municípios que farão o atendimento e que determinarão alguns apoios que resultam desses atendimentos”, explicou, acrescentando que, no que toca ao RSI, “a aprovação continua a ser feita pelos serviços centrais do Ministério, mas a porta de entrada dos processos passa a ser nas câmaras municipais”.

Também o acompanhamento dos processos será feito pelos municípios.

Romeiros de São Miguel vão sair para a estrada entre 25 de Fevereiro e 6 de Abril

Os romeiros de São Miguel vão sair este ano pela primeira vez depois da pandemia, entre 25 de Fevereiro a 6 de Abril, isto é, entre o primeiro Sábado da Quaresma e a Quinta-feira santa.

O retiro anual, que reúne as direcções dos ranchos e todos os romeiros que queiram participar, decorre na escola Secundária da Lagoa, no dia 29 de Janeiro, e será orientado pelo padre José Júlio Rocha, doutor em Teologia Moral e assistente da Comissão Diocesana Justiça e Paz.

A última vez que saíram à rua foi na Quaresma de 2020, mas só saíram os primeiros ranchos tendo depois a romaria quaresmal sido interrompida por causa da pandemia e dos constrangimentos sanitários por ela impostos.

As romarias quaresmais, que este ano completam meio século de história, são uma das mais vivas tradições penitenciais dos Açores.

Grupos de homens munidos de xaile, bordão, lenço e terço percorrem as estradas de São Miguel em clima de oração, passando por todas as igrejas e



ermidas, do nascer ao por do sol.

O regresso das romarias quaresmais coincide com a chegada aos Açores do novo Bispo de Angra, D. Armando Esteves Domingues.

“Nós temos uma forte esperança de que seremos apreciados e abraçados pelo nosso novo bispo” assim como “temos

toda a disponibilidade e vontade de encetar este este novo caminho com esperança, com renovada colaboração dentro do que considerar conveniente e oportuno, para o ajudar a compreender a nossa realidade eclesial, social e cultural da Diocese”, afirmou ao Igreja Açores o responsável dos romeiros, João Carlos Leite.